

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fls.: ____
Proc.: 29110/14

Rubrica

NOTA TÉCNICA Nº: 020/2016**PROCESSO Nº:** 29.110/2014 (2 volumes e 2 anexos)**ÓRGÃO DE ORIGEM:** Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF**ASSUNTO:** Licitação**VALOR ESTIMADO:** R\$ 21.958.750,71 (fl. 01) alterado para
R\$ 18.259.796,61 (fl. 264)

EMENTA: Pregão Eletrônico nº 44/2014 – DETRAN/DF. Contratação de prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do Distrito Federal com uso do registrador eletrônico de infrações de trânsito – REIT I – Barreira Eletrônica e demais especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência. Análise da diligência contida no item III, 'd', da Decisão nº 217/2016. Não caracterização de solução de tecnologia da informação.

Senhor Secretário de Acompanhamento,

Tratam os autos da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 44/2014, lançado pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN, tendo por objeto a contratação de prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do Distrito Federal com uso do registrador eletrônico de infrações de trânsito – REIT I – Barreira Eletrônica e demais especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. Os autos foram encaminhados a este núcleo especializado para análise da diligência contida no item III, 'd', da Decisão nº 217/2016, *verbis*:

“...d) informe se o planejamento da contratação em tela seguiu o rito procedimental previsto na Instrução Normativa nº 04 – STLI/MPOG, de 12/11/2010, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 34.637/2013, encaminhando a documentação pertinente; e, caso negativo, apresente as justificativas cabíveis, pois, a princípio, o conjunto de bens e serviços previstos

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fls.: ____
Proc.: 29110/14

Rubrica

no pregão em tela possui características que se amoldam ao conceito de solução de tecnologia da informação (TI – previsto inciso IX, do art. 2º, da citada instrução normativa; ...”

3. Em resposta, o jurisdicionado encaminhou o Despacho nº 365 da Diretoria de Engenharia (fls. 107/108 do e-doc [9400AA08](#)¹) que contém as seguintes justificativas:

“... Quanto ao item d que determinou que fosse informado se o planejamento da contratação em tela seguiu o rito procedimental previsto na Instrução Normativa nº 04 - STLI/MPOG, de 12/11/2010, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 34.637/2013. Informamos que por certo que não existe qualquer subsunção da referida norma ao caso concreto, vale dizer, o objeto licitado não possui características de solução de tecnologia da informação, mas, tão somente, de controle e gerenciamento de tráfego com a utilização de equipamentos eletrônicos, vale dizer, o monitoramento das vias do Distrito Federal, de circunscrição do Detran/DF, com a utilização das barreiras do tipo I.

Com efeito, a essência deste objeto diverge diametralmente da contratação de uma solução de tecnologia da informação. Ademais, de uma simples leitura e confrontação do instrumento convocatório e da norma mencionada, é possível constatar que a Instrução foi elaborada com critérios e requisitos exaustivamente pensados para definir os critérios de contratação de solução de TI, inclusive com previsão e detalhes da elaboração de termo de referência, projeto, etapas, equipe e etc.

Em atenta análise, é possível observar que a contratação de um serviço de gerenciamento de tráfego, com a utilização de equipamentos eletrônicos de fiscalização, não é, com todas as vênias possíveis, a mesma coisa que a contratação de um serviço de solução de tecnologia de informação, que conforme a própria natureza jurídica da expressão demonstra, a essência do objeto depende única e exclusivamente da solução de TI, e não de mera utilização de equipamento para um fim de monitoramento de trânsito.”

Análise

4. Verifica-se que o DETRAN/DF entende que a contratação sob exame não configura solução de tecnologia da informação (TI), não estando, portanto, sujeita ao regimento da Instrução Normativa nº 04 – STLI/MPOG, de 12/11/2010, recepcionada pelo Decreto Distrital n.º 34.637/2013.

¹ As folhas desse e-doc passarão a ser referenciadas com a utilização de um “*”


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fls.: ____
Proc.: 29110/14

Rubrica

5. Atualmente, em função da ampla utilização de tecnologia da informação nos diversos bens de interesse da sociedade e da conectividade cada vez maior dos dispositivos, a denominada internet das coisas², tornou-se bastante comum, especialmente em soluções que possibilitam o monitoramento do funcionamento das cidades, o uso de tecnologia da informação embarcada em dispositivos eletrônicos, como, no caso, nas barreiras eletrônicas.

6. Apesar disso, entende-se que tal situação, se acessória, não configura uma solução típica de tecnologia da informação, conforme se depreende da definição contida na mencionada instrução normativa, a saber:

“Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se: ...

IX - Solução de Tecnologia da Informação: conjunto de bens e serviços de Tecnologia da Informação e automação que se integram para o alcance dos resultados pretendidos com a contratação; ...”

7. A contratação em exame, em termos de bens e serviços de TI, contempla, os seguintes itens³:

Item	Valor Anual Estimado
Programador (P3)	R\$ 51.384,35
Digitador (T3)	R\$ 97.201,08
Monitor LCD 55" para o SGT	R\$ 1.638,06
Nobreak	R\$ 727,56
Monitor wide 20" para SGT	R\$ 687,72
Servidor "on-line" (incluindo softwares e periféricos)	R\$ 8.594,76
Computadores para o SGT (incluindo softwares e periféricos)	R\$ 2.971,56
Estações de trabalho para o SGT	R\$ 1.231,32
Software p/ proc. Imagens/emissão AI/N	R\$ 80.927,64
Software p/ gerenciamento; estatística; tempo de percurso; O/D, etc	R\$ 204.112,62
Sistema de comunicação	R\$ 551.128,80
Subtotal	R\$ 1.000.605,47
B.D.I. (25,89%)	R\$ 259.056,76
Total Anual - TI	R\$ 1.259.662,23
Valor total estimado da contratação	R\$ 18.494.065,08
TI / Valor total da contratação (%)	6,81%

² A internet das coisas (*internet of things - IoT*) é a rede de objetos físicos – dispositivos, veículos, prédios e outros itens – com eletrônica, software, sensores e conectividade de rede embarcada que permite a esses objetos coletar e trocar dados. Tradução livre de https://en.wikipedia.org/wiki/Internet_of_Things, consultado em 22/03/2016.

³ Extraído do ANEXO A2 do Termo de Referência, fls. 134/137*

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fls.: ____
Proc.: 29110/14_____
Rubrica

8. Contata-se, portanto, que a parcela de tecnologia da informação envolvida na contratação representa 6,81% do valor total estimado. Apesar de essencial para o sucesso do projeto de interesse do DETRAN/DF, nesse caso, as soluções de TI não são significativas ao ponto de justificar a aplicação da IN nº 04/2010 – SLTI/MPOG, vez que os maiores valores se referem ao aluguel dos registradores eletrônicos de infrações de trânsito – REIT (fl. 136*).

9. Ante o exposto, entende-se que assiste razão ao jurisdicionado, bem como sugere-se considerar atendido o item III, 'd', da Decisão nº 217/2016.

Brasília (DF), 23 de março de 2016.

Flávio José Fonseca de Souza

Diretor do Núcleo de Fiscalização de
Tecnologia da Informação